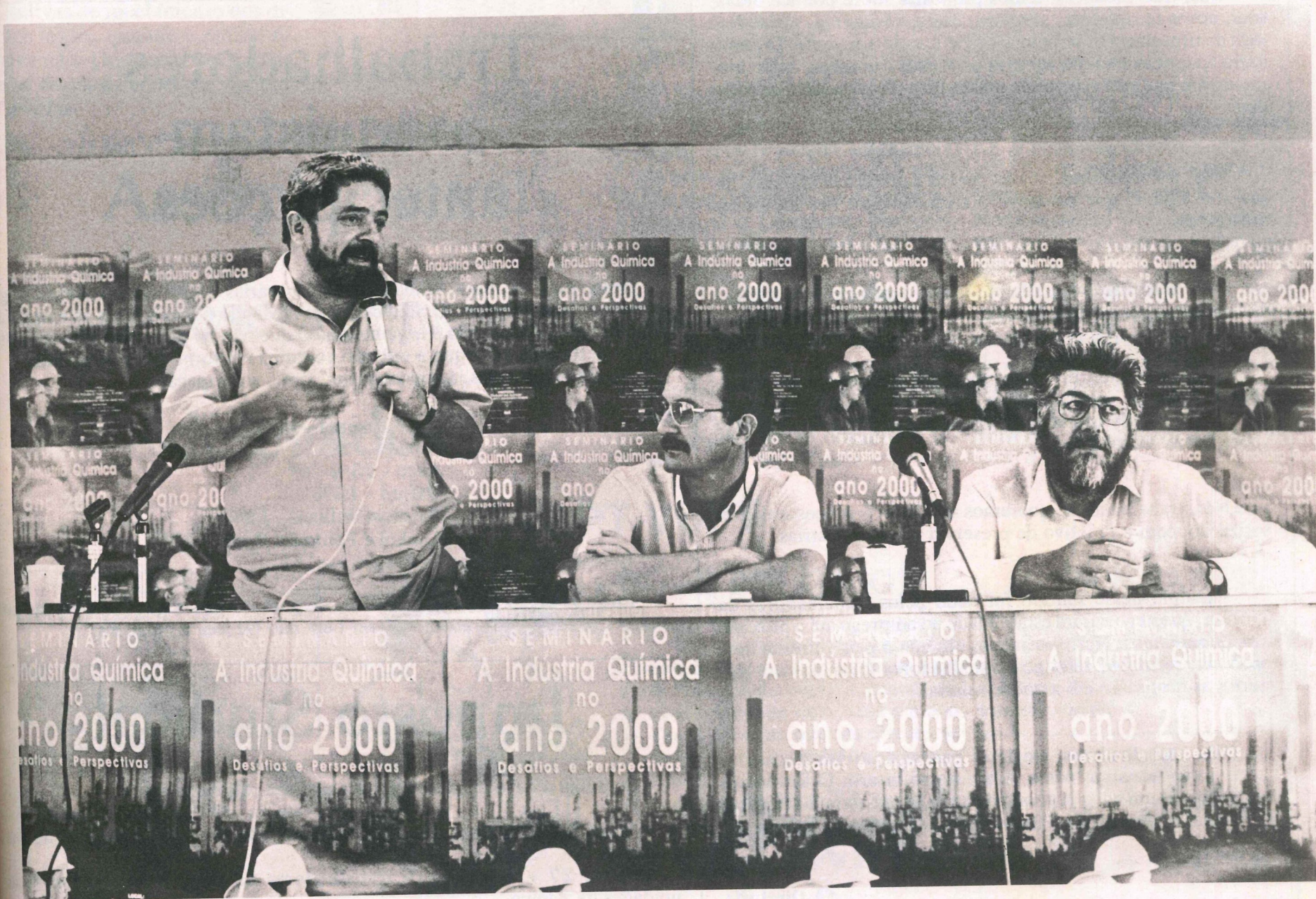


Seminário lança Carta do ABC

Reunidos na sede do Sindicato no último sábado, os químicos encerram o Seminário do Ano 2.000 aprovando a Carta do ABC, que traça novas formas de luta para a categoria.

A Carta do ABC é um resumo do seminário estão nas páginas 4, 5, 6 e 7.



Trabalhadores da
Trorion conquistam
estabilidade até
setembro. Página 2

Icopol: acampamento
força negociação.

Página 3

Reação química e
eleição de cipistas.

Página 8



SEMINÁRIO ANO 2.000

Lançada a Carta do ABC

Com a presença do companheiro Lula, o seminário da indústria química no ano 2.000 foi encerrado no último sábado, com o lançamento da Carta do ABC. O presidente nacional do PT criticou a política neoliberal adotada pelo governo Collor. "O trabalhador está sendo tratado como se estivesse na época da escravidão. As relações entre patrão e empregado ainda não evoluíram", disse Lula.

SEMINÁRIO

QUÍMICOS NO ANO 2.000

A nova ordem econômica determinada pelos países centrais do primeiro mundo (os tigres asiáticos, liderados pelo Japão, a Comunidade Econômica Européia e a união entre os Estados Unidos, Canadá e México) impõe aos países do terceiro mundo, especialmente ao Brasil, o papel de fornecedor de matérias primas baratas — notadamente os produtos petroquímicos básicos — impedindo a realização de produtos finais, de alto teor tecnológico (química fina, fármacos) e de maior valor agregado.

Nesse novo reordenamento da economia internacional, a revolução tecnológica e o aumento da competitividade, é necessária a nossa articulação a nível nacional e internacional, a fim de intervirmos nesta política.

Para enfrentarmos essa nova ordem, trabalhadores e sociedade devem discutir uma nova política industrial, de interesse de toda população, com a inclusão no mercado dos cento e cinquenta

milhões de brasileiros, com a consequente distribuição de renda.

A indústria brasileira só se desenvolverá se for criado um modelo nacional, adaptado aos nossos interesses e condições, mas sem dissociar-se dos avanços do primeiro mundo, das novas tecnologias e das conquistas trabalhistas.

Por tudo isso, nós trabalhadores, reunidos no Seminário "A Indústria Química no Ano 2.000 - Desafios e Perspectivas", consideramos que é urgente a discussão com todos os segmentos da sociedade sobre a política nefasta neoliberal do governo federal. Governo este que não possui uma política industrial adequada, e que visa apenas o sucateamento das indústrias brasileiras, gerando custos cada vez maiores à população.

Entendemos que precisamos sair dessa situação e iniciarmos junto com toda a sociedade um debate em busca de soluções para os seguintes temas:

POLÍTICA INDUSTRIAL

— Propor a reestruturação do parque industrial brasileiro, com seletivi-

dade de investimentos em setores previamente estabelecidos;

— Criar novas formas de gestão nas fábricas, com investimentos permanentes na formação, qualificação e treinamento de mão-de-obra;

— Discutir uma nova política tributária, que possibilite novos investimentos na indústria;

— Rediscussão da privatização, preservando o maior controle acionário da Petroquisa e Petrofertil, com a participação dos trabalhadores no Conselho de Administração desta holding.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Interna e externamente já existem processos de implantação de inovação tecnológica, tornando-se importante discutir a manutenção da mão-de-obra envolvida nestes processos.

— Nos países desenvolvidos, discute-se e realoca-se a mão-de-obra substituída pela automação e terceirização. Aqui perde-se emprego e os salários caem. Queremos discutir os critérios para introdução de novas tecnologias dentro do contrato coletivo de trabalho;

— Redução da jornada de trabalho para 35 horas e 5 turmas para todos os trabalhadores de turnos, melhorando a qualificação de mão-de-obra e ampliando o mercado de trabalho;

— Participação dos sindicatos, intervindo na política de qualificação profissional nas empresas, escolas e universidades, visando melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis;

— Enfim, com a introdução de novas tecnologias, objetivamos a elevação do padrão de vida de toda a sociedade.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO/NOVA LEGISLAÇÃO DE CARTAS E PATENTES

Enquanto os países europeus investem 2,5% do PIB (Produto Interno Bruto) em pesquisas e desenvolvimento, o Brasil investe apenas 0,6%.

É necessário criarmos mecanismos de elevação e efetivação desses investimentos, esclarecendo à população brasileira as intenções do governo federal, cedendo à pressão americana que, com a criação da nova lei de marcas e paten-



tes, limitará o acesso à ciência e tecnologia.

Esse procedimento acarretará o desaparecimento de muitas empresas, impedindo o desenvolvimento de pesquisas sobre doenças tropicais no país. Ocorrerá o aumento dos preços dos remédios decorrente do pagamento de royalties, trazendo à população sérios riscos no setor de saúde e aumentando o desemprego. Além disso, o país ficará impossibilitado de participar da nova divisão internacional do trabalho.

Nossa posição é que seja rejeitado o projeto lei proposto pelo Governo Collor.

NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E RELAÇÕES SINDICAIS

As novas formas de organização de trabalho que exigem do trabalhador um esforço extra rumo à Qualidade e Produtividade só poderão ser implementadas mediante:

— A organização nos locais de trabalho com representação sindical nas fábricas;

— Participação dos trabalhadores nos lucros;

— Redução da jornada de trabalho com ampliação de empregos;

— Fim do autoritarismo nas fábricas;

— Introdução do contrato coletivo de trabalho com o fim da intervenção do Estado nas relações sindicais;

— Liberdade e autonomia sindical

TRABALHO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Boas condições de trabalho, saúde e meio ambiente só serão alcançados com ampla participação dos trabalhadores através de suas formas de organização nos locais de trabalho.

Para tanto, é necessário:

— Adequar nossa legislação a fim de que não aumente a carga de poluentes nas indústrias;

— É preciso criar uma legislação rígida sobre condições de trabalho em ambientes insalubres e perigosos;

— Deve-se substituir tecnologias, produtos e processos insalubres e poluidores;

— O Estado deve garantir, com a participação da sociedade, o sistema público de saúde e previdência social.

Para superarmos estes desafios, propomos a criação à nível nacional, estadual e regional de um FÓRUM de discussão, com a participação de todos os segmentos sociais interessados, para discutir a elaboração de um PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA INDUSTRIAL NO RAMO QUÍMICO para definirmos metas e ações conjuntas: governo, empresas e trabalhadores.

Santo André, 23 de maio de 1992

Os ricos querem o monopólio

SEMINÁRIO

QUÍMICOS NO ANO 2.000

Existem a necessidade de maiores investimentos nos setores químicos e petroquímicos em nível mundial e a tendência é que esses setores tornam-se cada vez mais segmentados, com tecnologia de ponta e produtos especiais. No Brasil, existe a necessidade de transformar a mão de obra existente em mão de obra especializada.

Esta é a conclusão do primeiro dia de debate do Seminário. "A atual tendência do setor é a globalização, que visa buscar mais mercado em todo mundo, além da concentração que irá restringir o número de produtos" disse o diretor do Comitê Executivo do Grupo Rhodia - setor químico - Carlos Fernando Alves Lima.

Ele explicou que a tendência é a indústria química e petroquímica se expandir para o Leste Europeu e Ásia, "mas o Brasil continua sendo interessante para expansão do setor".

Já o economista Luciano Coutinho, da Unicamp e do Governo Paralelo, alertou que o país não tem fontes de financiamento e mercado interno suficiente para fazer a reestruturação do setor. "Para essa competitividade é necessário que haja força de trabalho muito qualificada, mas isto pode demorar a acontecer pois a área de química e engenharia química é uma das mais fracas nas universidades", explicou.

Para o diretor do Sindicato dos Pe-

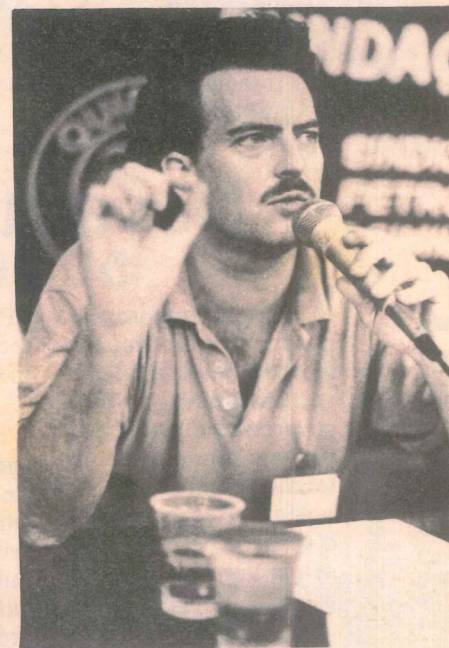
troleiros do Rio de Janeiro, Henyo Barreto, a situação torna-se ainda mais grave para o Brasil, tudo porque as empresas estatais que adquiriram experiência suficiente nas últimas décadas, como a Petrobrás e subsidiárias, estão sendo entregues ao capital privado. E toda a tecnologia desenvolvida poderá ser esquecida.

Barreto explicou que nos Estados Unidos e Oriente Médio um barril de petróleo extraído do mar em grande profundidade custa cerca de 30 dólares. Já a Petrobrás, com tecnologia própria, consegue esse mesmo barril por 12 Dólares. Ele também pediu uma lei que proíba a instalação de indústrias poluentes no país. "Retirar indústrias po-

luentes do primeiro mundo e transferi-las para países do terceiro mundo é natural".

Luciano Coutinho disse que a alta tecnologia fará com que apenas os grupos mais fortes sobrevivam. "Só as empresas menores sofrerão com a globalização e concentração do mercado químico, petroquímico, farmacêutico e de fertilizantes", prevê o economista Hans Mathieu, do Instituto Latinoamericano de Desenvolvimento.

Para Luciano Coutinho, o causador do fechamento de indústria no país será o Código de Propriedade Industrial, a chamada lei de patentes, que está para ser votada no Congresso Na-



Hans Mathieu

cional. Hans Mathieu disse que, caso a lei seja aprovada, ela fortalecerá ainda mais as grandes empresas multinacionais. "Ninguém terá dinheiro para pagar royalties à essas indústrias, que terão monopólio das patentes". Essa lei, segundo ele, é uma imposição dos países ricos. "Eles querem matéria prima grátis, dominação tecnológica e monopólio sobre os produtos desenvolvidos", explicou.



Luciano Coutinho



Um projeto de política industrial

SEMINÁRIO

QUÍMICOS NO ANO 2.000

É preciso um projeto de política industrial para integrar o Brasil no mercado competitivo internacional.

Esta foi a conclusão do presidente do Grupo Ultra, Paulo Cunha, do diretor da CUT nacional e diretor dos petroquímicos de Triunfo, Miguel Rosseto, e do economista José Maria Silveira, da Unicamp, ao encerrar o segundo dia do seminário.

O projeto de política industrial é necessário por causa da recessão e da ofensiva dos países ricos no sentido de monopolizar o setor, causando o fechamento das indústrias nacionais com demissões em massa.

Para Paulo Cunha, a abertura do mercado brasileiro, a política econômica e a lei de patentes a que será submetida a economia nacional chegou num ponto que sufoca trabalhadores e empresários. "A abertura do mercado no



Miguel Rosseto

governo Collor está sendo feita de qualquer jeito, sem que haja um projeto. O governo possui uma visão esquizofrênica de política industrial e política econômica", disse.

O cutista Miguel Rosseto alertou

que é impossível pensar no futuro a indústria química brasileira sem pensar no futuro de um projeto industrial e econômico. "O fortalecimento do Estado é importante e isto não está acontecendo. Aqui no Brasil pensa-se em pri-

vatização, enquanto no Japão o crescimento do PIB - Produto Interno Bruto - de 25% para 35% foi possível com fortalecimento das empresas estatais", explicou Miguel Rosseto.

Já o papel do Brasil na nova conjuntura econômica internacional tende a ser cada vez menor se não nos enquadrarmos dentro da lógica de abertura comercial internacional e criarmos proteções para nossas indústrias. "Atualmente está havendo uma retratação violenta dos investimentos, com perda de competitividade. É errada a idéia do governo Collor de que renovando os bens de capital você moderniza o país", disse o economista José Maria Silveira.

O presidente do Sindicato Remígio Todeschini, disse que irá propor a criação de um fórum de debates com todos os setores da sociedade para a definição do projeto de desenvolvimento industrial do país. "Se não tivermos um projeto que determine quais os objetivos de nossas indústrias, entraremos num processo de fechamento de empresas, causando muito mais desemprego", comentou Remí.

Novas tecnologias e redução de jornada

SEMINÁRIO

QUÍMICOS NO ANO 2.000

O setor químico está parado e amordaçado, incapaz de se desenvolver. A política do atual governo está tornando o país um produtor de materiais de baixo teor tecnológico e acabando com o setor de pesquisa e desenvolvimento das empresas e universidades.

Esta foi a conclusão do terceiro dia de debates do seminário, que reuniu um empresário, um professor da USP e uma pesquisadora do setor petroquímico.

"Nosso protecionismo é infantil se comparado com qualquer época da história econômica dos Estados Unidos", afirmou Kurt Politzer, coordenador de tecnologia da Abiquim - Associação Brasileira das Indústrias Químicas. Ele disse que o Brasil precisa aumentar cada vez mais a produção de materiais com alto teor de tecnologia, além de aumentar a mão-de-obra especializada, capaz de acompanhar o desenvolvimento do setor.

Ele pediu um programa de desenvolvimento para a indústria nacional.

"Para que haja introdução de novas tecnologias, haverá uma redução da jornada de trabalho", previu.

Já o professor Mario Salerno, técnico do Dieese, disse que a introdução de novas tecnologias deve vir acompanhada de uma política sindical e industrial para evitar demissões e evitar a substituição da mão-de-obra. "O operário deverá ser especializado, receber treinamento. Isto é investimento. Se não acontecer desta forma iremos perguntar, num futuro próximo: quem controla quem? É o operador que controla a máquina ou a máquina que controla o operador?"

A socióloga Cibele Saliba Rizeh, da USP de São Carlos, apresentou os primeiros números de pesquisa feita entre os químicos do ABC, onde ela foi a organizadora.

Um dos dados mais alarmantes constata que 77,3% da categoria nas indústrias do ABC não conhece ou não tem contato com nenhuma organização de trabalho (Sindicato ou Comissão de Fábrica) dentro do seu local de trabalho.

Nessa pesquisa, 60% dos entres-

tados constata a introdução de novos equipamentos na produção, mas 75% alegam que os equipamentos da empresa onde trabalha são uma combinação entre velhos e novos equipamentos. Para Cibele, "os trabalhadores conhece-

ram as transformações quando elas já estavam efetivadas ou em andamento".

Ela disse ainda que 53% dos trabalhadores não receberam nenhum treinamento para exercer a nova função. "Eles aprenderam na prática".



Mario Salerno



Cibele S. Rizeh



Novas formas de organização do trabalho

SEMINÁRIO

QUÍMICOS NO ANO 2.000

É irreversível a tendência mundial de globalização dos mercados, a concentração de capital e a necessidade cada vez maior de mão-de-obra mais qualificada. Qual o impacto disso na organização dos trabalhadores?

Para José Drummond, diretor do Departamento Estadual dos Químicos da CUT e diretor do Sindicato, não adianta implantar novas tecnologias se elas não forem acompanhadas de uma nova filosofia de gerenciamento de mão-de-obra. "Mesmo assim, sabendo do problema, o Brasil vive hoje com empresas que reconhecem a necessidade de adaptação e outras que conseguem perder o trem da história", disse Drummond.

O diretor de Recursos Humanos da Glasurit do Brasil, Wagner Brunini, disse que novas normas de organização do trabalho só serão conseguidas com maior educação, competitividade e relação interpessoais abertas entre trabalhadores e empresários. Brunini acre-



Cacilda Ascitti

ditada que para chegar à qualidade total, a principal meta de sua empresa, "é preciso, além de tudo, responsabilidade de todos os setores envolvidos na produção".

Essa teoria da necessidade de qualidade total apresentada pelo diretor da Glasurit foi questionada pela socióloga Cacilda Ascitti, presidente do Instituto de Análises sobre o Desenvolvimento Econômico e Social (IADES). Ela entende que o trabalhador não precisa mais pensar no processo de produ-

ção, pois os programas já vêm prontos. "O trabalhador vira um mero apertador de botão. Isto é errado, não se atinge a qualidade total sem se entender todo o meio de produção. Novas técnicas de produção devem ser ajustadas às técnicas de gerenciamento", explicou a socióloga.



José Drummond

Trabalho, meio ambiente e saúde

SEMINÁRIO

QUÍMICOS NO ANO 2.000

Controle mais efetivo dos trabalhadores em comissões de saúde, estabelecimento do contrato coletivo de trabalho na discussão de novas tecnologias, saúde e meio ambiente, e leis ambientais e de proteção de trabalho mais rígidas. Estas foram algumas das sugestões lançadas pelo presidente do Sindicato, Remígio Todeschini, no sentido de reverter a situação

atual nas fábricas.

Ele citou que a própria Organização Internacional do Trabalho considera que 45% dos casos de câncer no mundo têm relações com as condições ambientais, substâncias químicas, agrotóxicos e aditivo em alimentos, "E por falta de pesquisas dos órgãos públicos ficamos sem saber dos efeitos das novas substâncias químicas que são colocadas no mercado".

Nesse sentido, o médico Francisco Lacaz, do Diesat, levantou a questão do duplo padrão: "Os países ricos insta-



Remígio Todeschini

lam processos industriais nocivos no terceiro mundo, uma vez que esses processos não podem funcionar no país de origem dado o rigor da legislação", explicou Lacaz.

Ele explicou que a resposta das empresas é a de aumentar o controle biológico sobre o trabalhador, sem impedir a contaminação e a intoxicação.

O presidente do sindicato disse que o país está atrasado no reconhecimento das doenças profissionais. "Em 91, em Genebra, foram catalogadas 56 causas de doenças profissionais. Mas no Brasil só existem oficialmente 21 doenças profissionais, das quais o INSS reconhece, na prática, 5 ou 6".

Todeschini citou ainda a terceirização, com o despreparo e barateamento da mão de obra, como um dos riscos potenciais de acidentes nas fábricas. Ele acredita que a população, o movimento sindical e o movimento ecológico, devido à uma consciência maior, farão pressão sobre as indústrias no sentido de um controle maior de poluição.

Já o médico Francisco Lacaz comentou que caberá ao movimento sindical a definição de pautas que privilegiem questões relacionadas ao controle

da poluição ambiental e de seus riscos junto aos trabalhadores e a comunidade.



Francisco Lacaz